

## REFERÊNCIAS CIENTÍFICAS NO PENSAMENTO RELIGIOSO DE BLAISE PASCAL

Berenice de Oliveira\*

RESUMO – É do conhecimento de todos que a obra de Pascal tem sido objeto de discussões polêmicas no que concerne à definição de sua natureza temática. Por controvertidas que sejam as opiniões, há consenso pelo menos quanto a uma classificação geral: uma parte de sua produção é considerada como indiscutivelmente científica, abrangendo os tratados físicos e matemáticos; outra é dirigida aos assuntos da fé e seria composta pelos escritos da fase de militância religiosa. As divergências surgem quando se tenta delimitar os conteúdos específicos de tais obras, o que dá origem a questões conflitantes nem sempre fáceis de conciliar. Teria Pascal interrompido sua atividade científica, ao se converter ao jansenismo? Os escritos de cunho religioso seriam o resultado de um fanatismo que evidenciaria o abandono da objetividade? Nesse caso, como explicar a presença de modelos científicos nos *Pensamentos* – obra eminentemente apologética – adotados como técnicas de raciocínio? Como conciliar os dois princípios pascalianos de conhecimento, a razão e o coração? O presente artigo pretende responder a tais questões, optando por uma linha interpretativa que defende a unidade do pensamento de Pascal, pela constatação da presença da racionalidade como marca do rigor necessário à apologia do cristianismo.

### Introdução

Em sua *Vida de Pascal*, Gilberte Périer afirma que o irmão abandonou a atividade científica em 1646, por ocasião de sua conversão ao jansenismo<sup>1</sup>. Sabemos, porém, que Pascal nunca se ocupou tanto de ciência como de 1647 a 1654: os inúmeros tratados físicos e matemáticos, bem como a intensa correspondência mantida com os sábios da época são testemunhas inegáveis de seu vigor criativo nesse período.

A partir da noite de 23 de novembro de 1654 – a famosa noite do êxtase místico registrado no *Memorial*<sup>2</sup> e na qual teria ocorrido a

conversão definitiva –, Pascal adota a firme resolução de renunciar às pesquisas científicas para se dedicar à busca daquilo que lhe parece ser o único objeto digno de conhecimento: a verdade cristã. Atitude, de resto, menos radical do que se poderia supor, pois não o impede de, em 1658, durante as insônias provocadas por uma dor de dente, refletir “sem objetivo” sobre o difícil problema da roleta e encontrar sua solução com uma facilidade surpreendente. Reprovando-se, a princípio, por não ter resistido às tentações da mocidade, Pascal acaba por ceder à insistência do duque de Roannez, seu amigo, que o convence da necessidade de publicar as cartas e os tratados relativos às pesquisas, para maior glória de Deus: com efeito, nada poderia ser mais conveniente à boa imagem da religião do que a manifestação de genialidade desse cristão fervoroso.

Dois anos antes de sua morte prematura, numa carta a Fermat<sup>3</sup>, Pascal recusa o convite para um encontro com o grande mestre da Geometria, ciência que ele reconhece como o mais belo ofício do mundo e o mais alto exercício do espírito, ainda que inútil: além de impossibilitado pela enfermidade que o persegue des-

\* Professora do Depto. de Filosofia da PUC-SP. Mestrado do Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia na mesma instituição.

1. *A Vida de M. Pascal*, de Gilberte Périer, deveria servir de prefácio à primeira edição dos *Pensamentos* (1970). Como certas passagens poderiam suscitar novas polêmicas sobre o jansenismo, os primeiros editores adiaram sua publicação, que só veio a se efetivar em 1686.

2. Uma nota do Padre Guerrier, redigida em 1723, informa que, poucos dias após a morte de Pascal, um criado encontrou na barra de uma de suas vestes um pequeno manuscrito em pergaminho cuidadosamente dobrado, contendo um papel igualmente escrito por Pascal: um era cópia do outro. O conteúdo do texto permite concluir que se tratava de uma espécie de memorial diligentemente guardado por Pascal para assegurar a lembrança de sua experiência mística. O pergaminho se perdeu, mas a cópia manuscrita e autenticada pelo abade Périer, sobrinho de Pascal, se encontra na Biblioteca Nacional.

3. Trata-se da carta redigida em 10 de agosto de 1660, quando Pascal se achava em Bienassis, na casa de campo de sua irmã, Mme. Périer.

de os dezoito anos (época em que inventou a máquina aritmética), confessa estar mergulhado em outro tipo de estudo, que o afasta definitivamente da investigação científica.

Deslocado o foco de interesse, nem por isso o rigor do pensamento científico se encontra ausente de sua obra apologética. A presença da racionalidade como marca da objetividade necessária à defesa do cristianismo, tal como foi proposta por Pascal, é o tema de que nos ocuparemos neste breve estudo.

### 1. Relações entre conhecimento e método

Na *Décima-oitava provincial*, Pascal (1980, p. 461-68) enuncia sua concepção de saber, distinguindo três ordens de conhecimento pelos seus respectivos princípios: a fé, a razão e os sentidos. Assim, o exame de toda e qualquer proposição pressupõe a adequação de sua natureza ao princípio correspondente: uma proposição revelada não será avaliada pelos sentidos ou pela razão, mas pela Escritura (desde que esta não contrarie nenhuma verdade de fato ou de razão); se se tratar de uma proposição pertinente à razão natural, esta será seu único juiz; finalmente, uma proposição de fato será julgada pelos sentidos (PASCAL, 1980, p. 466).

No fragmento de um Prefácio ao *Tratado sobre o vácuo*, encontramos uma curiosa classificação das diversas áreas do saber: há assuntos que dependem da memória e da autoridade; outros decorrem unicamente do raciocínio e dos sentidos.

No primeiro grupo, acham-se as matérias cujo princípio é a instituição divina ou humana. Para conhecê-las, basta recorrer aos livros, pois nada se lhes pode acrescentar. É o caso da História, da Geografia, da Jurisprudência e, especialmente, da Teologia.

As matérias do segundo grupo decorrem da experiência e do raciocínio. Só podem ser conhecidas pela razão, que as amplia num processo infinito e ininterrupto. É o que ocorre com a Geometria, a Aritmética, a Música, a Física, a Medicina e a Arquitetura<sup>4</sup>.

Note-se que esse quadro descarta a idéia cartesiana de um método universal. Ao reco-

nhecer as divisões do saber, Pascal não pode admitir o emprego de um método fora do seu domínio de origem, como bem observou Gérard Lebrun (1983, p. 30-1). O opúsculo *O espírito geométrico* (Pascal, 1980, p. 350-51) deixa claro que a busca de princípios que permitem o conhecimento universal é mera presunção da Filosofia: nada garante o acesso a uma origem que não remontasse ao infinito. Muito mais sábia é a Geometria, que se apóia em proposições não demonstradas e termos não definidos, mas percebidos pela "luz natural" porque designam com extrema evidência as coisas que significam. A esses termos (tempo, espaço, movimento, número) Pascal chama de nomes primitivos e a "luz natural" que os capta não é da ordem da razão: trata-se de um outro tipo de inteligência, capaz de gerar certezas tão firmes quanto as da razão e a que Pascal posteriormente dará o nome de coração<sup>5</sup>.

Cabe, aqui, uma interessante observação de André Clair<sup>6</sup>, segundo a qual a atividade do geômetra tem algo de paradoxal: pode definir tudo o que é derivado ou segundo, mas não define seus principais objetos (tempo, espaço, movimento, número). Seu discurso se funda em elementos dos quais não dá conta discursivamente. Nesse sentido, a condição de possibilidade da Geometria se encontra fora da própria ordem racional que a constitui. Esse paradoxo, esclarece o próprio André Clair, é mais aparente do que efetivo, na medida em que permite compreender o valor mais alto dos elementos primitivos da "luz natural", em relação às proposições discursivas, e conceber a ordem geométrica como resultado da junção de dois tipos de conhecimento: o que decorre da razão e o que deriva do coração.

Chega-se, assim, a uma instigante conclusão: a natureza humana é dotada de uma inteligência mais clara que dispensa as explicações de teor racional. A ciência está presa a uma espécie de instinto que não se submete à análise, mas que se impõe ao espírito. Tal perspectiva não faz de Pascal um irracionalista: ele apenas delimita o domínio da razão, negando-lhe o

4. Idem. *Preface: Sur le Traité du Vide*. Ibidem, p. 230. Vale a pena recorrer à excelente tradução de Roberto de Andrade Martins, precedida de uma Introdução Geral com preciosas informações históricas sobre a questão do vácuo. CADERNOS..., 1989. Número especial.

5. O conceito de coração, em Pascal, oscila entre dois sentidos: o de inteligência intuitiva, oposta ao entendimento, ao raciocínio discursivo (PASCAL, 1984, fr. 282) e o de sentimento que se opõe à inteligência, ao espírito (Ibid., fr. 277). Há, ainda, momentos em que os dois sentidos se juntam como se fossem equivalentes (Ibid., fr. 287). Cf. LALANDE (s.d., v. 1, p. 250).

6. Introdução a PASCAL (1985), p. 11.

monopólio do saber universal. Note-se, ainda, que esse fracasso da razão não o conduz ao ceticismo, pois será, para ele, a prova de que, não só na Geometria, mas sobretudo na Teologia, os dois princípios – razão e coração – interagem na busca do conhecimento perfeito. Sendo assim, uma hipótese se afigura: a razão pode e deve preparar o caminho para a fé.

Ora, isso nos coloca diante de uma aparente contradição: se Pascal recusa o intercâmbio de métodos nos vários ramos do saber, como justificar a presença da razão nos domínios da religião? Um exame mais atento do *O espírito geométrico* (Pascal, 1980, p. 348-59) pode nos ajudar na solução do problema.

Esse opúsculo contém uma segunda parte, que Pascal chamou de “A Arte de Persuadir”. Esta arte se desdobra em duas: a arte de agradar e a arte de convencer. A primeira se dirige à vontade, a segunda, ao entendimento.

A arte de agradar implica num teor de subjetividade que impede a formulação de regras, pois os princípios do prazer são particulares e, conseqüentemente, instáveis. Assim, aquele que pretende persuadir pela vontade deve possuir talento natural e desenvolver um estilo tão sutil que lhe permita atingir os desejos do seu interlocutor.

O mesmo não ocorre com a arte de convencer, pois os princípios da boa argumentação repousam na capacidade universal de demonstrar corretamente. Para Pascal, essa arte se resume na conduta das provas metódicas perfeitas, extraídas da Geometria e concentradas em três exigências essenciais: 1) definir os termos de maneira clara; 2) propor como axiomas princípios perfeitamente evidentes para provar a coisa em questão; 3) substituir sempre mentalmente, na demonstração, a coisa definida pela definição (PASCAL, 1980, p. 355-57).

A perspectiva pascaliana permite concluir que a arte de persuadir, como um todo, implica no conhecimento íntimo da natureza humana, pois exige que se conheça o espírito e o coração daquele que se quer atingir, estabelecendo um elo entre a coisa da qual se quer convencer e os princípios e desejos confessados. Ora, este é precisamente o objetivo da apologia, tal como se expressa no projeto que Pascal expôs a alguns de seus amigos, em 1658<sup>7</sup>: em primeiro

lugar, ele se dirige à vontade do ateu, pretendendo convencê-lo de que a religião é agradável; depois, volta-se para a sua inteligência, mostrando que a religião é razoável; finalmente, apresenta a realidade do cristianismo se manifestando pela lei judaica, pelas profecias, pela encarnação e pelos milagres.

Limitemo-nos àquilo que interessa ao nosso tema: o papel da razão nos *Pensamentos* (PASCAL, 1984). Vários são os fragmentos<sup>8</sup> que atestam a importância atribuída à razão, ao mesmo tempo que delimitam o seu raio de ação. Não é nossa intenção analisá-los exaustivamente, mas apenas enunciá-los como ilustração da proposta pascaliana de articular os dois princípios de conhecimento: razão e coração.

“O homem é visivelmente feito para pensar; é toda a sua dignidade e todo o seu mérito; e todo o seu dever consiste em pensar corretamente” (Ibid., fr. 146).

Mas pensar corretamente exclui toda e qualquer possibilidade de prova racional da existência de Deus.

“É o coração que sente Deus, e não a razão. Eis o que é a fé: Deus sensível ao coração, não à razão” (Ibid., fr. 278).

O homem não é, contudo, puro sentimento, pois tem, além do coração, um espírito e um corpo:

“Há três meios de crer: a razão, o costume, a inspiração” (Ibid., fr. 245).

Assim, o homem que não tem fé, porque não foi tocado pela graça divina, pode e deve tentar a via do costume, “fazendo tudo como se tivesse(m) fé, tomando água benta, mandando dizer missas, etc...” (Ibid., fr. 233).

Todavia, o costume pressupõe a razão, caso contrário, trata-se de superstição:

“É ser supersticioso ter esperança nas formalidades; mas é ser soberbo não querer submeter-se-lhes” (Ibid., fr. 249).

E, mais adiante:

“A devoção é diferente da superstição. Defender a devoção até a superstição é destruí-la.

depois, essa exposição foi retomada por Filleau de la Chaise, em seu *Discours Sur les Pensées*, O prefácio à edição de Port-Royal (1670), de autoria de Étienne Périer, sobrinho de Pascal, resume esse discurso. Cf. GIRAUD (1931), p. 404.

8. A numeração dos fragmentos citados obedece à classificação de Léon Brunschvicg. A tradução é de Sérgio Milliet e se encontra no volume dedicado a Pascal pela coleção *Os Pensadores* (PASCAL, 1984).

7. Em 1658, atendendo ao pedido de amigos, Pascal adiantou o projeto de sua apologia, numa exposição que durou cerca de duas horas e que entusiasmou a todos. Mais de oito anos

É fazer o que nos censuram os heréticos: uma submissão supersticiosa...” (Ibid., fr. 255).

Ou ainda:

“É necessário, portanto, levar as duas peças a crerem: o espírito pelas razões, que é suficiente ter visto uma vez na vida, e o autômato<sup>9</sup> pelo costume, sem lhe permitir inclinar-se para o contrário” (Ibid., fr. 252).

Se, de um lado, Pascal humilha a razão cartesiana na sua vã pretensão do conhecimento divino, por outro, reconhece a sua função como subsidiária no caminho que conduz à fé:

“Dois excessos: excluir a razão, só admitir a razão” (Ibid., fr. 253).

E mais:

“Se se submete tudo à razão, a nossa religião nada terá de misterioso, nem de sobrenatural. Se se contrariam os princípios da razão, a nossa religião será absurda e ridícula” (Ibid., fr. 273).

Desaparece, então, a contradição: na busca da verdade cristã, a razão não é princípio, nem método de conhecimento; não é um fim em si mesma, mas somente um meio para viabilizar um tipo de conhecimento – a fé – que só se efetiva através do coração. E como a fé é fruto da graça, a razão enquanto meio não é nem mesmo necessária: tudo o que ela oferece é a categoria da probabilidade.

Para maior esclarecimento dessa questão, resta-nos, agora, examinar a influência do pensamento científico de Pascal na sua obra apologética.

## 2. O modelo científico como técnica de raciocínio

No instigante capítulo dedicado a Pascal em seu livro *Le Système de Leibniz* (1968), Michel Serres aponta para a importância de se ler os *Pensamentos* à luz dos tratados físicos e matemáticos de seu autor. Não que os *Pensamentos* só possam ser explicados pelas obras científicas mas o conhecimento destas propicia a melhor compreensão daqueles. Trata-se, pois, de uma referência necessária, ainda que não suficiente<sup>10</sup>.

9. Pascal emprega, em vários fragmentos, os termos autômato e máquina no seu sentido cartesiano: trata-se de tudo aquilo que não procede, em nós, do pensamento e que obedece a um mecanismo necessário, cuja origem é o corpo.

10. SERRES (1968, p. 665). O título do capítulo citado é “Le paradigme pascalien”.

É justamente dentro dessa perspectiva que nos propomos examinar dois dos modelos científicos empregados por Pascal na construção de sua apologia, a saber: a razão dos efeitos e a regra dos partidos.

2.1. É no *Tratado sobre o equilíbrio dos líquidos*<sup>11</sup> que aparece o conceito de razão dos efeitos. Atraído pela hipótese da existência do vácuo levantada por Torricelli, Pascal realiza, a partir de 1647, várias experiências, que lhe permitem concluir que o peso do ar é a única causa da suspensão do mercúrio no tubo invertido sobre o vaso, e não o horror ao vácuo, como se pensava até então. Depois de repetir a experiência com os mais diversos tipos de líquido, estabelece, no mencionado tratado, todos os efeitos que decorrem do peso do ar: este é, pois, a razão daqueles efeitos.

Por “razão dos efeitos”, conseqüentemente, entenda-se o princípio ao qual se vincula necessariamente o maior número possível de experiências. Ora, nos *Pensamentos* (PASCAL, 1988), há duas passagens muito conhecidas em que Pascal utiliza esse modelo como técnica de raciocínio.

A primeira delas se encontra no fragmento 139 e diz respeito à condição humana. Preocupado com a necessidade que os homens têm de se lançarem nas mais diversas agitações, correndo os piores riscos e assumindo as mais pesadas responsabilidades, Pascal descobre primeiramente que a causa de tanta infelicidade reside no fato de eles não conseguirem ficar em repouso – o que parece sinal de estupidez. A seguir, tentando encontrar uma razão para essa causa, dá-se conta de que nossa condição, fraca e mortal, é tão miserável que nada nos pode consolar. Por isso, todo homem, seja servo ou rei, fuge de qualquer oportunidade que possibilite a reflexão sobre a miséria de sua condição – o que é sintoma de bom senso. Insensatos são os filósofos, “que crêem que o mundo é muito pouco razoável por passar o dia todo a correr atrás de uma lebre que ninguém desejaria comprar”. Na verdade, o erro dos homens não se encontra na busca do tumulto, mas sim no fato de não perceberem que procuram uma atividade que simplesmente os impeça de pensarem em si mesmos. Imaginam que, se alcançarem o objetivo desejado, repousarão em paz e com prazer.

11. PASCAL (1980, p. 233-63). Pode-se recorrer também à já mencionada tradução de Roberto de Andrade Martins.

“Aceditam buscar sinceramente o repouso e, na verdade, só buscam a agitação”, pois sua natureza é insaciável e, tão logo atingem o fim a que se propõem, atiram-se numa nova ocupação, num processo que seria infinito, se não fosse interrompido pela morte inevitável.

Como justificar, então, a presença dessas duas atitudes em oposição no mesmo ser? A resposta a essa questão está apenas implícita no texto e nos remete à doutrina agostiniana da natureza humana:

“Têm um instinto secreto, que os leva a procurar divertimentos e ocupações exteriores, nascido do ressentimento de suas contínuas misérias; e têm outro instinto secreto, resto da grandeza de nossa primeira natureza, que os faz conhecer que a felicidade só está, de fato, no repouso, e não no tumulto”.

O homem, antes do pecado original, possuía uma natureza íntegra, que lhe permitia reconhecer no repouso a suprema felicidade. Depois da queda, essa natureza se corrompeu, resultando na sua condição miserável e da qual ele tenta escapar pela agitação, acreditando, numa espécie de reminiscência da natureza anterior, que ainda alcançará o repouso. Compreende-se, assim, que o homem viva o conflito das duas tendências: uma para o tumulto e outra para o repouso. O conceito de natureza dupla é o princípio que concilia atitude aparentemente contraditórias: é a razão de efeitos tão diversos.

O mesmo procedimento aparece nas considerações que Pascal desenvolve sobre a justiça e que se encontram resumidas no fragmento 337. Na tentativa de explicar a organização social, o autor estabelece uma gradação de opiniões à primeira vista inconciliáveis. No seu entender, a sociedade é formada pelas seguintes categorias: povo, semi-hábéis, hábeis (ou sábios), devotos comuns e cristãos verdadeiros.

Primeiramente, o povo crê ser justo honrar os grandes e obedecer-lhes. Mas essa crença é baseada em costumes de origem duvidosa. Assim, os semi-hábéis desprezam as instituições humanas quando, ao examiná-las, evidenciam as contradições que as fundamentam. Contudo, a negação da justiça sublevaria os homens contra a ordem estabelecida e o anseio por uma justiça mais criteriosa desencadearia o pior dos males: a guerra civil. À crítica dos semi-hábéis opõe-se, então, a sabedoria dos hábeis, que concebem a paz como soberano bem e a força como único meio de garanti-la. Nesse sentido,

os costumes aparentemente ridículos são razoáveis e a opinião do povo é saudável. O sábio fala como o povo, mas não se deixa iludir como ele: aceita as grandezas materiais, sem confundí-las com as espirituais. Os devotos comuns, “que têm mais zelo do que ciência”, protestam contra essa atitude que conduz à aceitação das maiores iniquidades sociais. Finalmente, os verdadeiros cristãos, que reconhecem a condição pecadora do homem, não exigem que a sociedade civil considere os seus membros sob o signo da igualdade, pois sabem que nada podem esperar da justiça humana. Esta reflete o estado da natureza do homem, sendo ao mesmo tempo o mais miserável e o mais sólido apoio da ordem social<sup>12</sup>.

Como se percebe, a última opinião dá conta do que havia de parcial nas opiniões anteriores. É, portanto, a razão dos efeitos.

2.2. É a partir de alguns problemas de jogo propostos pelo cavaleiro de Méré que Pascal dá início às pesquisas sobre a regra dos partidos, ou seja, aquela que possibilita determinar o que pertence a cada um dos jogadores quando interrompem o jogo, sem terminá-lo<sup>13</sup>. Imagine-se, por exemplo, um jogo de dados, onde o valor da aposta é o mesmo para cada jogador e o vencedor será aquele que ganha, em primeiro lugar, três partidas. Se o jogo se interrompe no momento em que um dos jogadores ganhou uma partida e o outro, duas, como se deve repartir o dinheiro que está em jogo? A simples devolução das respectivas apostas não seria justa, já que um dos jogadores ganhou uma partida a mais. É preciso, pois, que ambos recebam conforme suas expectativas, “de tal maneira que cada um deles considere inteiramente igual tomar o que lhe é atribuído ou continuar a aventura do jogo: e essa justa distribuição chama-se o partido”<sup>14</sup>.

Nasce, assim, a Geometria do Acaso e, desde então, “esses fatos que permanecem rebeldes à experiência não mais podem escapar ao

12. Para essa análise, utilizamo-nos dos ricos comentários de Léon Brunschvicg expressos na sua introdução aos *Pensamentos* (PASCAL, s.d., p. 276-7).

13. A correspondência com Fermat, datada de 1654, informa que tanto este, como Pascal chegaram aos mesmos resultados, embora por métodos diferentes. Mesmo reconhecendo que o método de Pascal era mais simples, não se pode negar que ambos constituem a origem do cálculo das probabilidades. Cf. PASCAL, Blaise. *La Règle des Partis*. In: *Oeuvres*, 1980, p. 43-9.

14. PASCAL, *Traité du Triangle Arithmétique*, 1980, p. 57.

império da razão”<sup>15</sup>. Com Pascal, o provável deixa de ser uma noção subjetiva para se tornar uma determinação que garante a melhor escolha, nas mais vantajosas condições. Sendo assim, justifica-se plenamente o seu emprego na apologia do cristianismo “porque devemos trabalhar para o incerto, pela regra dos partidos que se demonstra” (PASCAL, 1988, fr. 234).

É o que se constata no famoso argumento da aposta. Entre a incredulidade e a religião é preciso escolher (não escolher é já ter feito a pior escolha: o risco das penas eternas). As probabilidades de ganho e perda são iguais, o que afasta toda razão de ordem especulativa. É preciso, pois, avaliar praticamente o partido mais vantajoso: se se aposta na religião, renuncia-se a bens provisórios e ganha-se a chance da vida eterna; joga-se o finito para ganhar o infinito. Não há como hesitar! Caso o cristão se engane na sua esperança, não terá perdido nada, já que os bens terrenos são passageiros; se estiver certo, terá vivido de maneira mais feliz graças à expectativa da beatitude eterna. Quanto ao incrédulo, se estiver certo, terá desfrutado de prazeres efêmeros, sem o consolo indispensável para aceitar a morte inevitável; mas, se estiver enganado... só lhe restará a condenação perpétua<sup>16</sup>.

Observe-se que, em ambas as situações de incerteza, a função da regra dos partidos não é a de fornecer um resultado inquestionável: no caso do jogo de azar, o que se pretende é satisfazer a expectativa de cada jogador; no que concerne à escolha proposta na apologia, busca-se convencer o ateu da opção conveniente. Trata-se, pois, de determinar, com o máximo de objetividade, a esperança de cada um dos envolvidos para, em seguida, calcular a escolha mais vantajosa, seja no jogo, seja na aposta existencial.

### Conclusão

Muitas outras passagens dos *Pensamentos* (PASCAL, 1984) ilustram o emprego dos modelos científicos como técnica de raciocínio. Acreditamos, porém, que os dois exemplos apresentados sejam suficientes para atingir o objetivo proposto no início deste estudo. Assim sendo, à guisa de conclusão, gostaríamos de en-

fatizar a intenção pascaliana no uso desses meios, visando um esclarecimento definitivo da articulação entre razão e coração.

Com relação à razão dos efeitos, cabe observar o seguinte: se, nas ciências físicas e matemáticas, o princípio gerador de consequências diversas se estabelece como conhecimento verificável pela experiência e pela razão, na apologia, o princípio que concilia tendências opostas na natureza humana somente se funda como conhecimento mediante a fé. Só faz sentido reconhecer o conceito de dupla natureza como justificativa da ambigüidade do comportamento humano se se aceita como verdadeira a doutrina agostiniana de uma natureza íntegra original. Ora, essa aceitação implica numa crença que é fruto da inspiração divina: a fé, enquanto dom da graça, é um conhecimento instintivo do coração. Este é, pois, o seu princípio, e não a razão. E o modelo científico aqui utilizado é mero instrumento de persuasão e não um fim em si mesmo.

Quanto à regra dos partidos, não se trata, como já vimos, de um mecanismo que visa estabelecer uma certeza: a aposta não é uma prova racional da existência de Deus. Seu objetivo é convencer o ateu da conduta que mais lhe convém. É, assim, um argumento da razão prática, não da razão teórica. Atingindo o interesse do incrédulo, não lhe garante a fé, mas inclina sua vontade na direção da religião. E, como já foi dito, a arte de agradar faz parte da arte de persuadir.

Fica claro que, para Pascal, a razão não é uma faculdade de princípio. Até mesmo o estudo da Geometria mostra-lhe que os princípios são intuídos pelo que há de mais profundo em nós: o coração. É ele que percebe as três dimensões do espaço, por exemplo. Somente a partir desse dado é que o geômetra demonstra os teoremas que estabelecem as propriedades desse elemento<sup>17</sup>. Nesse sentido, nada é tão conforme à natureza da razão como a sua submissão ao coração<sup>18</sup>: ela só tem valor quando se funda no sentimento – como ocorre na Geometria – e quando encaminha para o sentimento – que é o caso da religião. Na apologia, o papel da razão é meramente instrumental: dizer razão é dizer raciocínio.

15. PASCAL, *Adresse à l'académie parisienne*, 1980, p. 102.

16. Mais uma vez seguimos o comentário de Brunschvicg (PASCAL, s.d., p. 275).

17. PASCAL (1984), fr. 282.

18. *Ibid.*, fr. 272.

Compreende-se, agora, que Pascal, dirigindo-se a Fermat, tenha-se referido à Geometria como sendo apenas um belo exercício, mas nunca o emprego definitivo de toda a nossa força<sup>19</sup>.

#### LISTA BIBLIOGRÁFICA

CADERNOS DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA. Tratados físicos de Blaise Pascal. Campinas, série 2, v. 1, jan.-dez. 1989. Número especial. Tradução e introdução de Roberto de Andrade Martins.

GIRAUD, Victor. *Pascal: Oeuvres Choisies*. Paris: Librairie A. Hatier, 1931.

LEBRUN, Gérard. *Pascal: voltas, desvios e reviravoltas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PASCAL, Blaise. Les Provinciales: Dix-huitième Lettre. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. Présentation et notes de Louis Lafuma. P. 461-468.

\_\_\_\_\_. Traité de l'équilibre des liqueurs et de la pesanteur de l'air. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 233-263.

\_\_\_\_\_. De l'esprit géométrique et de l'art de persuader. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 348-359.

19. Ibid., Introdução, nota 3.

\_\_\_\_\_. La règle des Partis. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 43-49.

\_\_\_\_\_. Traité du Triangle Arithmétique. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 50-63.

\_\_\_\_\_. Adresse à l'Académie Parisienne. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 101-103.

\_\_\_\_\_. Préface: Sur le Traité du Vide. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 230-232.

\_\_\_\_\_. Pensées: Le Mémorial. In: PASCAL, B. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. P. 618-619.

\_\_\_\_\_. *De l'esprit géométrique*. Paris: Flammarion, 1985. Introduction de André Clair.

\_\_\_\_\_. *Pensamentos*. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Tradução de Sérgio Milliet.

\_\_\_\_\_. *Pensées et Opuscules*. Paris: Hachette, s.d. Introduction et notes de Léon Brunschvicg.

PERIER, Gilberte. *A vida de Pascal*. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Tradução de Sérgio Milliet.

SERRES, Michel. *Le Système de Leibniz et ses modèles mathématiques*. Paris: P.U.F., 1968.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico de Filosofia*. Porto: RES Editora, s.d. V. 1. Tradução de Fátima Sá Correia et al.

ABSTRACT – It is a well known fact that a definition of the thematic nature of Pascal's work has given rise to much debate. However controversial the opinions put forward, consensus exists as to one general classification: part of his work, including the physical and mathematical treatises, is to be regarded as scientific, while the other part, concerning matters of Faith, is made up of the writings from his period of religious militancy. Differences of opinion arise when attempts are made to define the specific limits of the works, and the resulting questions, conflicting among themselves, are not always easy to reconcile. Could Pascal have interrupted his scientific activities when he turned to Jansenism? Might the religious writings be the result of a fanaticism which showed objectivity to have been abandoned? If so, how is it possible to explain in the *Pensées* – an eminently apologetic work – the presence of scientific models, adopted as techniques of reasoning? How might one reconcile the two Pascalian principles of knowledge – reason and the heart? The intention of this paper is to answer these questions through an interpretation which defends the unity of Pascal's thought, and to show the presence of rationality as a mark of the rigour necessary to an apologia for Christianity.

(Recebido em 19/03/91)